

## OS HISTORIADORES E OS “FAZEDORES DE HISTÓRIA”: LUGARES E FAZERES NA PRODUÇÃO DA MEMÓRIA E DO CONHECIMENTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA INFLUÊNCIA MIDIÁTICA

Sônia Maria de Meneses Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo analisa a produção do acontecimento histórico a partir da mídia, destacando a elaboração do conhecimento fora dos domínios dos historiadores por aqueles que chamamos “fazedores de história”. Investigamos que tipos e formas de história são colocados em relevo nessa produção e como ela pode ajudar a construir um novo regime de historicidade na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** história, mídia e conhecimento histórico.

**Abstract:** This article analyzes the production of the historical event from the media, detaching the elaboration of the knowledge is of the control of the historians for those we call “History Makers”. We investigate that types and forms of history are placed in relief in this production and as it can help to construct to a new regimen of historical idea in the contemporary society.

**Key-words:** history, media and event historical.

O que *fabrica* o historiador quando ‘*faz história*’?

Michel de Certeau

Iniciamos nosso artigo com essa pergunta feita por Michael de Certeau. Contudo, mais que um questionamento, a interrogação traz em si uma afirmativa essencial: o historiador fabrica algo, ou seja, sua função principal é produzir, elaborar, construir. Com ela o autor pôs em destaque a ação do historiador na construção do conhecimento histórico, marcando assim, uma crítica contundente às proposições que tentaram reduzir seu papel ao de mero coletor de fontes.

Não somente Certeau, mas as reflexões teóricas desencadeadas pelas várias concepções historiográficas no século XX ser-

---

<sup>1</sup> Professora de teoria da história da Universidade Regional do Cariri-URCA; mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, atualmente cursando doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF. Desenvolve pesquisas investigando as relações entre História e Mídia a partir da segunda metade do século XX. E-mail: sonia.meneses@gmail.com

viram para nos sacudir de nossa confortável posição de caçadores, para ressaltar nosso papel na construção dos fatos históricos. Consequentemente, tal processo nos tornou socialmente responsáveis pelo que produzíamos em nosso trabalho de sistematização da memória transformada em história. Entretanto, ao contrário de guardiões de um passado morto, o historiador atual é o “recriador” de um passado sempre vivo em diálogo com seu presente. Sabemos que caminhamos em uma estrada de muitos atalhos, afinal, a definição de fato histórico sempre se constituiu o centro de toda polêmica ensejada em intermináveis debates historiográficos.

Tais considerações nos conduziram também à compreensão de que nenhum acontecimento é significativo por si mesmo, não existe um valor intrínseco ou um sentido que conceda um significado isolado dos demais componentes. Na verdade, um acontecimento somente se torna histórico quando é construído enquanto tal, e sua formulação é eminentemente social, na medida em que conceituamos e elaboramos categorias de compreensão e explicação sobre ele, pois, como nos lembra Mitre (2003, p. 19), é necessário que “saibamos assumir, a sério o esforço estruturante e seletivo sem o qual o relato torna-se um caos de impressões”.

Desta forma, fato histórico é aquilo que se refere a um determinado evento humano que se tornou objeto de apropriação e sistematização intelectual, social, cultural e temporal. Esta, por sua vez, é influenciada por valores, posições e interpretações em uma constante construção de significados.

Isso significa que nem todos os acontecimentos humanos são históricos e é exatamente a necessidade da existência deste “não histórico” que ajuda a construir a memória histórica de uma sociedade, caso contrário, entraríamos em uma espécie de mundo de Funes, o Memorioso onde tudo é histórico e, conseqüentemente, nada o é (BORGES, 1978).

Nestes termos, há um diálogo constante entre passado e presente de modo que nem podemos submeter todo o sentido do passado ao presente, tampouco, reduzir o passado a um mero constructo da linguagem. Nenhum historiador pode prescindir dos rastros deixados por outros grupos humanos para construir-lhes suas histórias sob o risco de tornar sua obra irremediavelmente comprometida. Por outro lado, nenhum rastro fala por si, pois necessita de alguém que o inter-

rogue. Sendo assim, por mais que todas as nossas conclusões possam ser revistas, há ainda que se considerar que o passado existiu e a impossibilidade de apreendê-lo em sua totalidade não deve justificar sua diluição integral em nosso presente.

Qualquer narrativa histórica representa o olhar de uma sociedade para seu passado em um esforço de compreensão e de construção de significado a partir de questões ensejadas em seu presente. Como afirma Mastrogregori (1996, p. 68), os textos de história são “elementos de um desenvolvimento histórico mais geral, amplo e variado” dentro do qual outras atividades exercem também esse papel, inserindo-se naquilo que o autor chama de “tradição das lembranças”. Na obra historiográfica efetivam-se, por assim dizer, relações culturais e sociais que nos servem para demonstrar ansiedades, expectativas e formulações efetuadas a partir de um patrimônio intelectual, cognitivo e pragmático.

Nesse complexo jogo de formulações, a história, entendida como prática humana de reflexão e ação sobre diversas temporalidades pode ser efetivada em vários espaços: escola, família, grupos religiosos, academias, recursos midiáticos, entre outros. Embora no século XIX tenha havido um esforço de institucionalização e legitimação de um lugar próprio para a elaboração da história, o final do século XX veio demonstrar, de forma contundente, que tal conhecimento será sempre um campo em litígio.

No meio desse embate, os lugares de história e de memória tornaram-se cada vez mais heterogêneos, sobretudo, a luta pelo controle desses lugares, a começar pelos próprios processos de governabilidade contemporâneos. Não que a instrumentalização da história ou da memória pelo poder seja artifício recente, mas o que se percebe é que há uma mudança considerável nesses usos, porque a própria idéia de futuro foi alterada, como nos chama atenção Brossat (2006), sobretudo, pelo desenvolvimento de uma sensibilidade pós-catástrofe, caracterizada por uma profunda melancolia.

Tal circunstância se deu, em grande parte, influenciada pelos chamados acontecimentos emblemáticos no século XX como guerras, genocídios e ditaduras, além do abandono de milhões de pessoas entregues à miséria nos continentes afro-asiáticos. Eventos no quais existem, inicialmente, dois elementos importantes a serem considerados: primeiro são acontecimentos midiáticos de “primeira grandeza”.

A divulgação espetacular de guerras, desastres ambientais, massacres, dentre outros, acabou por estabelecer um elo de historicidade muito mais elástico entre povos e sociedades em várias partes do mundo. Nesse caso, também houve um apelo inquestionável à sensibilidade e à comoção pública diante de tais eventos.

Em segundo lugar, no momento de sua efetivação, tais acontecimentos emergem construídos a partir de uma narrativa que os delimita como marcos históricos representativos. Estes dois fatores parecem ter tornado tais acontecimentos objetos de luta mais intensos que outros, especialmente, porque sobejam sobre eles disputas de identidades, reparações sociais e memórias traumáticas.

A problemática em torno desses acontecimentos é ainda mais complexa, principalmente, quando falamos em termos da produção do conhecimento histórico, pois, se ao longo do século XX aprendemos que o fato histórico é elaborado em um dado lugar social, como realizarmos a crítica historiográfica sobre eventos que trazem um apelo social e ético tão forte quanto à necessidade de memória, como é o caso dos que mencionamos acima? Desta forma, que papel caberia ao historiador? Voltamos a outro ponto essencial que nos remete aos dilemas ensejados no século XIX: o problema sobre a verdade histórica, a questão de saber se alguns acontecimentos colocam ou não limites à interpretação do historiador.

A partir da segunda metade do século XX, o fazer histórico parece ter seguido cambaleante, com duas pesadas cabeças: de um lado, uma produção historiográfica excepcional, com sofisticadas metodologias para a investigação de sociedades, imaginários, práticas culturais, cotidianos, o que tornou a escrita da história uma tentativa de mergulho na totalidade das relações humanas no tempo. De outro lado, a profusão acontecimental difundida pelos meios de comunicação. Como afirmou Nora (1995, p.185), “um acontecimento sem historiador”. Deparamos-nos com um paradoxo: um acontecimento pensado como construção e outro como um dado.

O século da mídia espetacularizou o acontecimento, oferecido como mercadoria em uma feira barulhenta, tornando-o indomável. Achamos-nos quase mergulhados no devaneio de Funes, como se fôssemos “o solitário e lúcido espectador de um mundo multiforme, instantâneo e quase intolerantemente preciso”, prisioneiros em uma realidade saturada de eventos, “tão infatigável como a que dia e noite

convergência sobre o infeliz Ireneu, em seu pobre subúrbio sul-americano” (BORGES, 1978). Ao mesmo tempo em que “distrair-se do mundo” tornou-se quase impossível para nós.

A apologia ao não esquecimento se tornou a fuga para uma sociedade que esquece a si própria por não saber o que é importante lembrar. No meio desse conjunto de reais novos problemas, uma constatação: a história se tornou um produto cobiçado, não somente de legitimação, mas mercadoria simbólica vendida em bancas de jornal. Produto que desencadeou a corrida de uma série de novos produtores, ou “fazedores” de História.

Nesse sentido, é fundamental problematizarmos uma questão premente em nossa época: o conhecimento histórico elaborado por não historiadores de ofício. Uma produção cambiante que está fora dos muros de nossas academias com o objetivo de pensar, a partir de outros lugares, a construção do próprio conhecimento histórico.

Se por um lado a história, como prática acadêmica, alcançou um importante lugar de produção no século XX, por outro, assistimos à circulação de conteúdos históricos permeando, como uma complexa rede, vários aspectos de nosso cotidiano. Atualmente “esbarramos” com a história estampada em bancas de revista, canais de televisão, romances nas prateleiras das livrarias, em matérias de jornais.

Tudo isso nos demonstra uma dinâmica circularidade do conhecimento que há muito transpôs os domínios dos historiadores. Para alguns, essa produção não é “História” ou, pelo menos, não se apresenta como um conhecimento de primeira grandeza, como talvez seja aquele elaborado segundo as meticulosas possibilidades teórico-metodológicas formuladas em penosos anos de reflexão historiográfica.

É incontestável que há grande variedade de lugares onde o conhecimento histórico se efetiva, principalmente quando levamos em conta os elementos cognitivos com os quais o homem contemporâneo se depara. Com isso, a problemática do lugar de produção do conhecimento se tornou muito mais complexa.

Atualmente assistimos a um interesse quase obsessivo pelo passado, levando a uma verdadeira profusão de obras e produtos que estimulam e alimentam uma sede de história em nosso cotidiano. Nesse universo polifônico, segundo Ferreira (2002), estabeleceu-se verdadeira confusão entre memória e história, e entre o que é ser historiador

e *History maker*. Vigora, sob diversos aspectos, uma competição de formas de leitura do passado, tornando a memória mercadoria que “invade o cotidiano, mas na maioria das vezes apenas para satisfazer parcialmente uma demanda por identidade, e torna-se assim uma identidade domesticada” (FERREIRA, 2002, p. 326). O universo desses “fazedores de história”, bem como sua produção, tornou-se um poderoso objeto de ensino de história em nossa sociedade. Tal constatação já nos demonstra o espaço de tensão no qual nos situamos nessa reflexão.

Ao pensarmos essas questões, consideraremos que essa produção concorre para a elaboração de um novo regime de historicidade efetivado a partir dos anos 50. Para Hartog (2006), a partir da segunda metade do século XX, a sociedade ocidental passou por mudanças significativas em sua percepção temporal. Na verdade, Hartog argumenta que nas últimas décadas desse século assistimos ao declínio do moderno regime de historicidade, no qual predominava uma visão teleológica da história tomada como uma marcha linear e contínua rumo a um futuro previsível. Ainda dentro desse ideal, vislumbrava-se a possibilidade de uma história universal e de um tempo instrumentalizado em uma cronologia precisa e meticulosa.

Se por um lado o final do século XX foi marcado por essa ênfase no presente, por outro marca também uma verdadeira corrida pela preservação, como se a perspectiva do futuro fosse cada vez mais irreal e tomada de certo pessimismo. Memória, patrimônio e comemoração, tornam-se os lemas mais fortes para essa sociedade.

A Memória e a História assumiram lugares de conceitos fundantes na nova configuração. As disputas pela lembrança e também pelo esquecimento tornaram-se espaço de luta entre vários grupos, tornando o passado o lugar de concessão de justificativas, ressentimentos, lições e poder.

O início do século XXI marca um combate por justiça, como um lenitivo para uma sociedade que necessitou de explicações e a reparação de um projeto de futuro que pareceu fracassar em meio a guerras, regimes autoritários, genocídios e desilusões. A necessidade de não esquecer tornou o final do século XX e início do XXI a era das comemorações e da constituição dos marcos temporais, em uma frenética cadência de ritos que parecem ser pensados quase em linha de produção. Como nos lembra Brossat (2006), o rápido registro do

passado resultou em uma inesgotável demanda de datas, lugares e personagens que, por apresentarem certo valor de antiguidade, tornam-se memoráveis.

Nesse contexto, o passado domado surge como o substituto do futuro previsível e a História retoma seu lugar de provedora de lições. Assistimos a uma profusão de leituras possíveis num constante processo de fazer e refazer a História. A saturação do presente por uma alucinante produção de acontecimento é outra característica marcante desse momento, para muitos visto como sendo um dos responsáveis pelo afastamento da idéia de futuro, imponho um desejo ansioso de usufruirmos ao mesmo tempo de tudo, fazendo com que a “permanência no presente, às vezes parece ter um caráter predatório como se – na incerteza de todas as coisas – o homem buscasse vantagens causais” (BODEI, 2004, p. 15).

Essa saturação é em parte atribuída à ação do processo de superinformação ensejado pelos recursos midiáticos que, a partir da segunda metade do século XX colocou-nos em uma corrida lancinante que modificou drasticamente as relações tanto entre os homens como também a visão destes sobre o tempo:

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou assim o que agora descrevemos como ‘historicidade mediada’: nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas (THOMPSON, 2004, p. 38).

Nesse contexto, às tradições orais familiares, livros escolares, grupo sociais, associaram-se também a televisão, o rádio, jornais e, mais recentemente, a internet, como difusores de uma nova construção do fazer e do pensar historicamente. Ao refletirmos sobre essa produção, é necessário que consideremos que ela efetiva um complexo amalgama de formas de pensamentos que abarca desde elementos da memória à questões historiográficas, em um jogo de superposições de sentidos intenso e variado.

Recaem sobre nós múltiplos esquemas de produção de acontecimentos e, mais ainda, complexos construtores de sentido, nos quais a própria sensação de inexistência de sentido histórico faz parte. Nossos referenciais subjetivos de apreensão do real foram alterados; considere-se, dentro disto, ideologias e utopias que por séculos ha-

viam orientado e dado um sentido, se não claro, ao menos bastante tranquilizador ao desenvolvimento histórico. A percepção sobre a realidade parece estar saturada por um sem número de mecanismos mediadores, em meio aos quais, os recursos midiáticos assumem um papel capital.

Lembremos da invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 20 de março 2003. Através dos meios de comunicação – em suas variadas narrativas, sons, imagens e textos –, fomos arrastados para dentro de tanques de guerra, campos de batalhas e esconderijos no Oriente Médio. Em certo sentido, tornamo-nos participantes desse evento, na medida em que a simultaneidade da informação nos levava à condição de testemunhas. A invasão iraquiana foi quase instantaneamente nomeada como fato histórico contemporâneo, servindo de marco no grande caldeirão de outros acontecimentos que compõem as relações políticas, sociais, bélicas e culturais entre o ocidente e oriente nesse início de século XXI.

Agora tomemos outro acontecimento histórico, também um conflito, só que ocorrido no século XIII. Estamos falando da Batalha de Bouvines, acontecida em 27 de julho de 1214, analisada por Georges Duby (1993) no livro intitulado *O domingo de Bouvines*. Muito provavelmente, à exceção dos próprios franceses, poucos tenham escutado falar do episódio analisado por Georges Duby, embora não possamos deixar de considerar que a preservação de registros sobre o evento em si já denota um desejo de construção monumental e memorial sobre o mesmo.

Duby argumenta que esse evento é fundamental para pensarmos o sentimento de patriotismo, assim como as práticas militares no começo do século XIII. Além disso, o acontecimento descortina também as relações entre o sagrado e o profano, naquele contexto que, portanto, tornou Bouvines algo mais que uma batalha, travada em um único dia, como outras que devem ter ocorrido naquele período.

O que faz diferir Bouvines do Iraque não é somente o tempo que os separa, mas chamamos atenção para dois elementos fundamentais: o primeiro logo nos salta aos olhos. A diferença na circulação de informações sobre eles é enorme, conseqüentemente, as narrativas que irão ser construídas sobre cada um. Em segundo lugar, na construção da invasão Iraquiana como fato histórico, os sistemas de comunicação contemporâneos foram fundamentais e, mesmo que posteriormente



ele seja submetido ao rigor da metodologia e da crítica historiográfica, a possibilidade de sua retirada total dos livros de história, ou de sua categoria de acontecimento histórico, parece remota. Em Bouvines, a atuação do historiador teve importância fundamental para que Batalha passasse da categoria de evento para a de acontecimento histórico.

Evidentemente, Duby não criou todos os sentidos de Bouvines. Para elaborá-lo e narrá-lo, o autor foi buscar seus vestígios “no passado” e a própria preservação deste já demonstra a intenção de construção de uma dada memória sobre o mesmo, como o próprio autor afirma:

Os acontecimentos são como espuma da história, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância. Este deixou marcas bastante duradouras, até hoje não foram totalmente apagadas. Somente essas marcas lhe conferem existência (DUBY, 1993, p. 23).

Contudo, tais marcas não falam por si só, também, e, tomadas isoladamente, não fariam de Bouvines um acontecimento histórico. Nesse caso, sem a ação do próprio Duby, ao compor sobre a batalha uma narrativa coerente, as marcas não passariam de *souvenirs* dispostos em um antiquário, pois, como nos lembra Paul Veyne (1998, p. 18), “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento, ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo ‘como se você estivesse lá’”.

Os meios de comunicação também não construíram todos os significados sobre a Invasão Iraquiana, que, certamente, ainda será apropriada em várias narrativas. Contudo, assim como Duby estabeleceu um recorte sobre o passado, a mídia efetuou um recorte sobre nosso presente, organizando sobre ele uma narrativa marcada por visões de mundo, lugares sociais e ideologias. Posteriormente tais narrativas servirão para a construção de novos sentidos sobre o passado, tanto por parte dos historiadores de ofício, como também por qualquer pessoa que de alguma forma partilhou de seu universo de construção. Neste caso, tais notícias tanto podem se tornar lugar de história como de memória.

Ao longo de nosso texto, tentamos apontar alguns aspectos sobre a elaboração do conhecimento histórico na sociedade contem-

porânea. Com mencionamos inicialmente, as últimas décadas do século XX trouxeram novas complexidades para a sua produção, dentre as quais os meios de comunicação assumiram um papel extremamente relevante, seja através da acelerada produção de notícias, que recolocou antigos e novos problemas na produção dos acontecimentos, seja em seu papel de produtor de versões ou de datas convocantes sobre temáticas históricas.

Nesse contexto, a produção do conhecimento histórico se manifesta a partir de novas variedades de lugares e atores, fazendo com que os historiadores de ofício agora se deparem com uma produção que avança velozmente sobre temáticas e objetos tornando a história uma mercadoria cobiçada pelos recursos midiáticos. Ressalta-se também que se aprofundaram as lutas de grupos, classes, etnias e governos por esses lugares de produção.

Tais lugares são ocupados por fazedores de história que, conscientes do potencial convincente e legitimador do discurso histórico, produzem uma avalanche de novas narrativas que misturam as urgências de relatos cotidianos a uma produção de sentido que procura construir memórias e marcos temporais. Como tentamos demonstrar, a construção da própria historicidade contemporânea é marcada pelo imediatismo que tenta fixar o histórico no momento de sua constituição e, por outro lado, pelo por um trabalho de construção do presente amparado pelas referências aos conceitos de história e memória, efetivando, assim, uma consciência histórica multifacetária.

Mas a história, que é produzida com tais recursos, evoca uma epistemologia tradicional, na qual deve se eximir de posições e a verdade descoberta por baixo de toda a poeira das versões. É nesse sentido que os recursos midiáticos jogam com uma gigantesca variedade de depoimentos, testemunhos e hipóteses. Nelas cabem todas as versões, que, embora rivalizem entre si, buscam chegar ao mesmo ponto: a verdade final. A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e conseqüências. Em nenhum momento, a produção de tais relatos se apresenta como “construção”, mas são tomados como lugares de verdades que “resgatam”, “retratam” e “apresentam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro.

O conhecimento produzido por esses lugares, além de ter se tornado um recurso poderoso para o ensino e a reprodução de conteúdos históricos, efetiva também olhares e atitudes de nossa sociedade

sobre o seu passado uma vez que é preciso termos clareza que a produção científica da História é, tão somente, uma parte da “formação histórica” de uma sociedade.

Devemos considerar, portanto, o conjunto de “todos os processos de aprendizagem em que a história é assunto e que não se destinam, em primeiro lugar, à obtenção da competência profissional” (RÜSEN, 2001, p. 48). Existem, por conseguinte, diferentes narrativas que explicam e evidenciam formas de pensamento histórico que se manifestam em variados fenômenos de aprendizagem, desde o ensino formal até os meios de comunicação. Levar em contar o trabalho dos fazedores de história como um conhecimento socialmente válido nos possibilita compreender os elementos constitutivos da maneira que uma sociedade pensa historicamente a si própria.

### Referências Bibliográficas

- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: EdUSC, 2001.
- BORGES, Jorge Luis. *Prosa completa*. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979. v. 1.
- BROSSAT, Alain. La memoria colectiva. Entre la resistencia y la gubernamentalidad. *Puentes*, n. 19, dezembro de 2006.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia – de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteira do milênio*. Rio Grande do Sul: Editora Universidade/UFRGS, 2001.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- \_\_\_\_\_. História do tempo presente: desafios. *Cultura vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111–124, maio/junho, 2000.
- \_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dezembro de 2002.

HARTOG, François. *Regime de historicidade*. Capturado da Internet em 8/05/2006 no endereço: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>.

JELIN, Elizabeth. Memórias em conflito. *Puentes*, n. 01, agosto de 2000.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MITRE, Antônio. *O dilema do Centauro*. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. *Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995a.

\_\_\_\_\_. *Novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995b.

\_\_\_\_\_. *Novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995c.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: \_\_\_\_\_; LE GOFF, Jacques. *Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995a.

\_\_\_\_\_. Entre memória e história – a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, 1993.

RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1997. Tomos I, II, III.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre o jornalismo e a história. In: \_\_\_\_\_. *Questões para a história do tempo presente*. São Paulo: EdUSC, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: EdUnB, 2001.

\_\_\_\_\_. Historiografia Comparativa Intercultural. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. *Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia*. São Paulo: Vozes, 2004.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1998.

Artigo recebido em agosto 2007 e aceito para publicação em novembro 2007.